

Canal Energia – 24/10/2014

PDE 2023: desenhando o perfil da matriz

http://www.canalenergia.com.br/zpublisher/materias/Reportagem_Especial.asp?id=103659

Preocupação do setor envolve discussão de pontos como participação de termelétricas, leilões de expansão e demanda de energia

Sueli Montenegro, da Agência CanalEnergia, de Brasília, Reportagem Especial

Que o planejamento de longo prazo é importante para orientar os investimentos na matriz elétrica ninguém discorda. Mas sempre há ajustes a fazer, na visão de agentes do setor, para que os planos decenais atualizados a cada ano pelo governo sejam, de fato, materializados ao longo do tempo, e respondam de forma adequada às necessidades de expansão do sistema. Essa preocupação não é diferente quando se trata do Plano de Desenvolvimento Energético 2023, que esteve em consulta pública entre 8 de setembro e 5 de outubro deste ano.

A versão atual do PDE sinaliza prioridade para energias renováveis, com destaque para a hidrelétrica, que vai se manter como fonte relevante ao término da década. Em termos absolutos, a potência instalada total das UHEs sairá de 88,7 mil MW esse ano para 116,9 mil MW. Mas haverá perda relativa de posição dessas usinas - que terão sua participação reduzida dos 70% atuais para 60% da matriz -, explicada pelo crescimento, no horizonte decenal, de empreendimentos de fonte alternativa como usinas eólicas e solares. "Se olharmos a energia de fontes renováveis como um todo, continua mais ou menos no mesmo nível: era 83% e passou para 83,8%. A hidráulica caiu é porque outras fontes aumentaram" destaca o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales. Para a eólica está previsto aumento da capacidade instalada de 5,5 mil MW em 2014 para 22,4 mil MW em 2023; enquanto pequenas centrais hidrelétricas, térmicas a biomassa e centrais geradoras solares devem passar de 16,2 mil MW para 22,8 mil MW.

Individualmente, a solar tem previsão de crescimento de 3.500 MW.

Sales lembra que a participação de não renováveis na matriz terá pequena redução - de 15,6% em 2013 para 14,5% em 2023. Nessa classificação estão usinas térmicas com diferentes tipos de combustível, desde o nuclear até gás natural, carvão, óleo combustível e gás de processo; o que pode ser um complicador, dado que parte importante do potencial hidrelétrico existente só permite a construção de usinas a fio d'água, com reservatórios sem poder de acumulação.

"Esse futuro pode ser problemático do ponto de vista da operação já que nos deixa expostos ou com uma forte dependência das condições climáticas. O que é sinônimo de dizer que são usinas nas quais o Operador Nacional do Sistema não tem maior flexibilidade para otimizar a operação", afirma o especialista. A eólica, acrescenta, vai

gerar quando tiver vento, e o parque termelétrico, formado por usinas que adicionam capacidade importante, não está crescendo.

Para Xisto Vieira Filho, presidente da Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas, o caminho natural para resolver esse impasse é a ampliação das térmicas na base. "Tem que aumentar a participação de térmicas de base com Custo Variável Unitário razoável na matriz. Gás natural; dentro de determinados padrões, GNL [Gás Natural Liquefeito]; carvão nacional e importado; e, no longo prazo, nuclear. Não vai ter como fugir disso."

Além de considerar que o PDE tem um número de térmicas de base ainda não satisfatório, a Abraget sugere a realização de leilões por submercado e por tipo de fonte. Para Xisto Vieira, o ideal seria a instalação de usinas com mais flexibilidade em termos de despacho pelo ONS ou de hidrelétricas com reservatório. Ele propõe

que enquanto não entrar o gás dos campos leiloados pela Agência Nacional do Petróleo, o governo invista em plantas de GNL em diferentes regiões do país. "Dizer que projeto de GNL é caro, caro é o que está agora, e só é caro porque tem pouca expansão de base", justifica. Sales, do Acende Brasil, também acredita que a solução é modificar os critérios atualmente adotados nos leilões para valorizar características que são significativas do ponto de vista da operação do sistema, como localização da usina, capacidade de despachar pelo ONS e flexibilidade operacional. "Daqui para a frente está se tornando cada vez mais urgente que esse tipo de fonte, que é mais de base, entre em maior número no sistema."

O presidente da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica, Alexei Vivan, afirma que, em geral, o PDE é bem feito, pois avalia as necessidades do país para definir o que seria o ideal em termos de planejamento energético. Para o executivo, no entanto, o planejamento não deve ser apenas um "documento de melhores intenções", pois é necessário executá-lo de forma a dar uma sinal adequado nos leilões para atrair investidores. "Se o governo faz leilões que não tenham um preço real que compense o risco, não é viável. E preciso política de governo, preço, segurança jurídica e projetos de usinas que, na hora de construir, sejam exequíveis. Hoje o projeto, quando vai ser executado, tem de ser adequado pelo empreendedor."

Vivan considera acertado o foco em hidrelétricas, especialmente se for em usinas com grandes reservatórios, e cita vantagens além da acumulação de água como controle de

enchentes e menor impacto em relação a outras fontes. "Energia renovável é importante", defende o presidente da ABCE, para quem fontes alternativas como eólica e solar devem ser complementares e precisam ser incentivadas. Ele defende, porém, o papel das termelétricas, e diz que, apesar do impacto, elas são relevantes na matriz elétrica brasileira.

"É muito importante que a gente olhe para setor elétrico com carinho, porque decisões tomadas hoje terão reflexos nos próximos 20, 30 anos", alerta Charles Lenzi, presidente da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa. Lenzi conta que a Abragel apresentou contribuições na consulta pública relacionadas especificamente à inserção das pequenas centrais hidrelétricas no plano decenal.

Pelos cálculos dos investidores em PCHs, existe um potencial da ordem de 10 mil MW a ser explorado, além de muitos outros projetos que já têm outorga, mas ainda não foram construídos. "O planejamento deveria ser pensado de forma muito mais determinística e menos indicativa. Não deveria ser uma expressão de vontade, mas uma determinação, levando em conta a matriz que a sociedade brasileira quer e de acordo com os três pilares do modelo: confiabilidade, segurança e modicidade tarifária", opina. Lenzi considera importante a diversificação de fontes. "Por mais que acredite que tenha de apostar em fonte renovável, não acho ruim que se tenha fonte térmica", diz. Ele lembra, porém, que preciso ter disponibilidade de gás para tornar viável esse tipo de usina.

A coordenadora de Energia Elétrica e Gás Natural da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres, Camila Schoti, explica

que a diversificação de fontes indicada no PDE é vista com bons olhos pela indústria, mas é preciso considerar o custo da energia. Uma das sugestões feitas pela Abrace na consulta pública é a inclusão no planejamento de alguma sinalização relacionada ao atendimento da ponta de carga. "O operador [do sistema] tem sinalizado com frequência, nos Programas Mensais de Operação, uma certa dificuldade para atendimento da ponta no futuro. E claro que a questão da ponta é de curto prazo, mas tem que estar no planejamento", sustenta Camila.

A associação também identificou no PDE um volume de investimento projetado para o sistema de transmissão muito maior que a previsão de crescimento da demanda. Para

Camila Schoti, não ficou muito claro no documento porque esse investimento tem crescido tanto ao longo do tempo, mas ela atribui como causa provável a existência de grandes empreendimentos de geração distantes do ponto de consumo, como as usinas hidrelétricas na região amazônica. "Falta ter uma análise de custo benefício da opção que está sendo tomada: uma grande usina longe, ou uma térmica perto do centro de carga", observa.

A demanda, por sinal, é um item que deve constar no plano decenal, afirma a técnica da Abrace. Ela diz que é preciso dimensionar a sensibilidade dos consumidores de baixa

tensão e da indústria à variação de preços, para trabalhar mecanismos de incentivo à educação do consumo e evitar, por exemplo, a construção de urna térmica. Outra discussão relevante para o segmento industrial são as próprias escolhas na formação da matriz elétrica. Preocupados com a entrada cada vez maior de empreendimentos de

geração intermitente como a eólica, esses consumidores são favoráveis ao uso do gás natural para produção de energia, mas defendem a integração com o consumo industrial

e outros usos do produto, aproveitando o Pemat, que é o programa de expansão da malhas de gasodutos no país.

Para o presidente da Associação Brasileira de Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica, Mário Miranda, o planejamento é consistente com a proposta de interligação ao sistema da região amazônica. Seja por meio do transporte de energia de grandes hidrelétricas previstas ou em construção, pela melhoria dos intercâmbios regionais, ou pelo aproveitamento das diferenças de regime hidrológico entre as regiões. Além da interligação interna, há o intercâmbio energético com outros países sul americanos, lembra.

Questionado sobre os atrasos nos empreendimentos de transmissão, o executivo da Abrate explica que não há problema quando se trata de instalações para escoamento da

energia de hidrelétricas, porque o empreendedor já sabe com antecedência a localização e a potência dessas usinas. No caso das eólicas, os descumprimentos do cronograma estão relacionados à imprevisibilidade, uma vez que não se tem a priori o domínio de qual será o potencial do empreendimento, a configuração da linha e dos custos envolvidos.

"Na eólica, você não sabe se no leilão de energia vai ganhar o empreendimento no Rio Grande do Sul ou no Ceará e quem vai ganhar. Há uma imponderabilidade inicial e essa é a questão do atraso. Talvez um leilão regionalizado possa melhorar isso", analisa o executivo. Mário Miranda acredita que esse debate com os agentes de transmissão e geração tem que estar refletido no planejamento de longo prazo. "Vamos aprender também com o leilão de energia solar, e talvez tenhamos que revisitar a questão. Merece um tratamento especial para este caso, para não ficar o sentimento na sociedade de que uma obra está atrasada e não vai sair a tempo."